



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



*Agecom*  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**17 de abril de 2014**

**Notícias do Dia  
Cidade**  
"Preparação para universidade"

Preparação para universidade / Pró-universidade abre inscrições / Curso / Rede pública de Santa Catarina / Vestibular / UFSC / UDESC / IFSC / UFFS / IFC / Acafe / Enem / ProUni / Sisu / Coordenador pedagógico do Pró-Universidade / Edson Mayer / Universidade Federal de Santa Catarina

# Preparação para universidade

**Cursinho.** Abertas 3.400 vagas para alunos da rede pública rumo ao ensino superior

O curso Pró-Universidade está com inscrições abertas e atende alunos da rede pública estadual de ensino em 29 cidades de Santa Catarina preparando-os para o ingresso no ensino superior. Além dos vestibulares da UFSC e Udesc, o programa também prepara para as provas do IFSC, UFFS, IFC, Acafe e Enem, para o acesso ao ensino superior em instituições privadas por meio dos programas federais ProUni e SiSU.

As inscrições às 3.400 vagas presenciais devem ser feitas até o dia 23 pela internet ([www.prou-niversidade.com.br](http://www.prou-niversidade.com.br) ou [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)). As aulas começam em maio e vão até dezembro.

O projeto conta com novidades em 2014: a inclusão de uma unidade em Garopaba e a ampliação do número de vagas presenciais, atendendo mais 200 alunos. Diferente dos outros anos, esta edição terá apenas uma etapa de inscrições.

Mais de 40 mil alunos já passaram pelo projeto e de cada 2 estudantes de escola pública aprovados nos vestibulares, 1 é egresso do curso. "Nosso programa conta com uma equipe de educadores especializados e a melhor tecnologia. A cada ano ampliamos a oferta de vagas e a cada resultado de prova inserimos mais alunos da rede pública no ensino superior", diz o Coordenador pedagógico do Pró-Universidade, Edson Mayer.

**Diário Catarinense**  
**Serviço**  
"Concurso público"

Concurso público / UFSC / Técnico-Administrativo em Educação / Universidade Federal de Santa Catarina



**Diário Catarinense**  
**Juliana Wosgrauss**  
"Lançamento"

Lançamento / Livro / Iraque – Dos Primórdios à Procura de um Destino / Fundação BADESC / Bernardo de Azevedo Brito / EdUFSC / Diretor da editora UFSC / Fábio Lopes / Universidade Federal de Santa Catarina



TV Câmara ilegal em São José / Observatório Social de São José / Ministério Público  
 Presidente do Observatório Social / Jaime Klein / Rede Legislativa de TV Digital /  
 Suspensão do edital em São José / Convênio / TV UFSC / Estácio de Sá / Diretor de  
 Comunicação da Câmara / Evaldo Willerding

14 **Política** NOTÍCIAS DO DIA  
 FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2014

# TV Câmara ilegal em São José

**Legislativo.** Suspeita cancela edital, enquanto Capital reativa sinal após oito meses

**FÁBIO BISPO**  
 fabiobispo@noticiasdodia.com.br  
 @fabiobispo\_ND

Os contratos para transmissão das sessões legislativas na Grande Florianópolis colocaram em lados opostos as Câmaras de São José e Florianópolis. Enquanto na Capital a estrutura para captar as sessões e produzir conteúdo foi reduzida, a fim de trazer economia e transparência, em São José, os custos do Legislativo têm chamado a atenção de entidades como o Observatório Social e o Ministério Público.

Com um novo contrato assinado recentemente, a nova TV Câmara de Florianópolis pretende desembolsar R\$ 39 mil mensais para captar as sessões, audiências públicas, além de produzir conteúdo, praticamente um terço do que é gasto pela Câmara do município vizinho.

No mês passado, em São José, um novo edital para con-

tração da empresa de transmissão de sinal foi impugnado por suspeitas de ilegalidades. O edital, lançado no dia 11 de março, foi suspenso após a Câmara ser questionada sobre a necessidade de desembolsar mais R\$ 631 mil ao ano para o serviço, ao invés de utilizar o canal da Rede Legislativa, onde o custo é rateado entre a Assembleia estadual e demais Câmaras municipais. Uma das exigências do edital suspenso era a obrigatoriedade da tecnologia MMDS, só oferecida pela operadora de TV a cabo Vimax.

O pedido de impugnação foi feito pelo Observatório Social de São José. Segundo os cálculos da organização que fiscaliza o poder público, a contratação do serviço elevaria os gastos com a TV Câmara para cerca de R\$ 2 milhões ao ano, se somado junto com o contrato em vigor para produção de conteúdo,

que gira em torno de R\$ 1,2 milhão ao ano. O contrato de conteúdo é de 2009, no valor de R\$ 966 mil com validade de 12 meses. Nos últimos cinco anos, o contrato vem sofrendo aditamentos, que elevaram os custos aos R\$ 119 mil mensais atuais.

Segundo o presidente do Observatório Social Jaime Klein, a licitação para contratação de empresa para emitir o sinal é descabida. “A Câmara não tem necessidade de gastar esse valor pelo serviço, poderia usar o canal da TVAL, como acontece em Florianópolis”, disse. Klein se refere à Rede Legislativa de TV Digital, criada em 1998 e que garante sinal aberto e gratuito para a TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia e às TVs Câmaras municipais, ao menor custo possível, devido ao recurso da multiprogramação que divide o canal em quatro emissoras.

**IRREGULAR**  
 Tecnologia solicitada em licitação está obsoleta e promovia direção de edital

## Suspensa licitação dirigida

A suspensão do edital em São José permitirá ao Legislativo rever os pontos contestados. “São questões técnicas que certamente serão ajustadas. Nossas licitações são realizadas na forma de pregão, onde, na verdade, o menor preço é contratado”, explicou o presidente da Câmara Sanderson de Jesus (PMDB). “O processo foi suspenso para averiguação e certamente será lançado novamente de uma forma melhorada”, completou. Sanderson rebateu as críticas de que o Legislativo seria ainda mais onerado com o contrato questionado, e lembrou que só no ano passado a Câmara economizou R\$ 4 milhões com redução de custos. “Não é só na TV Câmara, nossa política de redução de custos inclui todas as áreas. Estes contratos são antigos e estão vencendo só agora”, rebateu.

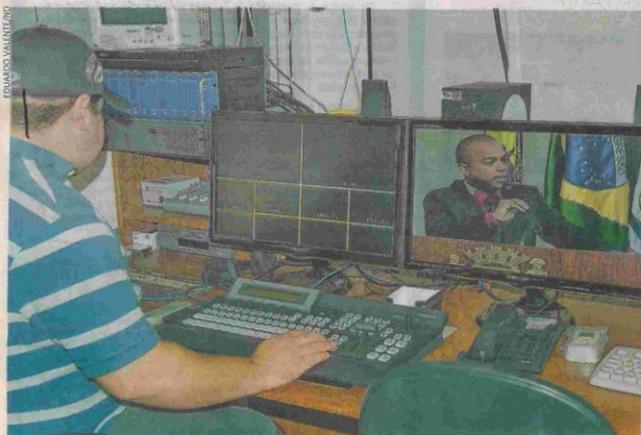
No dia 26 de março, a ouvidoria do Tribunal de Contas emitiu um comunicado apresentando as suspeitas de direcionamento da licitação quanto à exigência da tecnologia MMDS. O tribunal lembrou que a medida exclui a ampla participação e destacou que tal tecnologia “está em extinção no Brasil”. Um inquérito civil público instaurado pela 8ª Promotoria de Justiça de São José também apura as denúncias. Em 2009, quando iniciaram os contratos para produção de conteúdo e para transmissão, a Câmara de São José pagou R\$ 422 mil ao ano para conteúdo e R\$ 28 mil para sinal. Em 2013 os valores chegaram a R\$ 1,2 milhões para o contrato de conteúdo e R\$ 432 mil com sinal.

## Florianópolis estreia novo modelo

A Câmara de Florianópolis pretende superar os oito meses sem transmissões e as críticas sobre um contrato que onerava o Legislativo em R\$ 119 mil ao mês, ou seja, mais de R\$ 1,4 milhões ao ano. Para reduzir os custos, a nova TV Câmara enxugou a equipe e buscou convênios com a TV UFSC e a Estácio de Sá, além de se propor a absolver material produzido por associações e entidades. O resultado é um custo mensal bem menor, R\$ 39 mil, com transmissão em canal aberto. A expectativa é de que o sinal comece a ser emitido na semana que vem. Além do canal aberto, as sessões continuarão sendo transmitidas pelo canal 16 da NET, no qual dividirá o sinal com a TVAL da Assembleia Legislativa.

A proposta do diretor de Comunicação da Câmara, Evaldo Willerding, que assumiu em janeiro deste ano com a missão de reativar o serviço, é conseguir realizar os mesmos trabalhos que eram feitos quando se tinha equipe e orçamento maiores. “Reduzimos de 14 para seis pessoas aqui na produção, mas sabemos que se conseguirmos nos organizar podemos produzir com a mesma qualidade que antes”, projetou. Como as sessões normalmente são realizadas nas segundas, terças e quartas, nos demais dias os funcionários poderão trabalhar na produção de programas especiais e até mesmo em produções externas com vereadores.

Entre as novidades da nova programação está a inclusão de produções em áreas diferentes. Uma das propostas, que já deverá ser colocada em prática nos primeiros meses, deve ser um programa focado na cultura local. “Ainda está no campo das ideias, mas também pensamos em ter uma atração voltada ao teatro”, comentou Willerding. Outros serviços, como o Portal da Esperança, sobre desaparecidos, devem ser incorporado. “Existe muita produção independente que é de utilidade pública, e isso pode ser facilmente divulgado pela TV Câmara”, completou.



**Volta ao ar.** Em Florianópolis, operação já está em fase de testes e emissora do Legislativo deve voltar ao ar na próxima semana

## Mudança na Capital divide vereadores

Entre os vereadores existem opiniões diferentes sobre as mudanças. “Essa redução de custos é um exemplo para a cidade, até para que a TV Câmara cumpra sua função com a população e não apenas para servir um ou outro vereador, como já houve casos”, ponderou o vereador Celso Sandrini (PMDB). Dentro

da redução dos custos, a nova TV não contará, por exemplo, com o caminhão para transmissão ao vivo, que durante todo o ano passado foi utilizado uma única vez.

Já o vereador Badeko (PSD) é contrário a redução de pessoal na estrutura. “Vai diminuir a cobertura e a TV Câmara, não vai mais poder ir

até as comunidades e mostrar a realidade da cidade como antes, até as audiências fora da Casa serão comprometidas”, lamentou. “Acho que antes de pensar em reduzir pessoal na TV, que é um serviço para a população, deveríamos pensar também em diminuir o número de vereadores”, completou Badeko.